

Intervenção do Representante dos Doadores da Iniciativa de Terras Comunitárias

Caros Participantes `a Reunião Nacional sobre Terras Comunitárias

Em representação dos doadores que contribuem para a Iniciativa de Terras Comunitárias permitam-me agradecer o convite efectuado pelo Ministério da Agricultura para participarmos nesta reunião.

Hoje e amanhã estaremos juntos a reflectir sobre um aspecto da lei de terras que toca a segurança dos direitos da terra, em particular a segurança das terras das comunidades. A grande participação nesta reunião mostra que há muito interesse em discutir o acesso à terra nas comunidades rurais.

Foi com o mesmo interesse que, em 2005, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID), a Embaixada do Reino dos Países Baixos, a Embaixada da Dinamarca (DANIDA), a Agencia Suiça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) , a Agencia Irlandesa de Cooperação e Desenvolvimento e a Agencia Sueca de Desenvolvimento e Cooperação (ASDI), se juntaram com o objectivo de apoiar as comunidades a assegurar e a usufruir os seus direitos de uso da terra e dos recursos naturais. Tendo os seus direitos assegurados, as comunidades sentem-se mais confiantes para investir na terra e transformá-la em factor de desenvolvimento e riqueza. O interesse destes doadores teve como base a Política de Terras aprovada em 1995, a lei de Terras aprovada em 1997 e os objectivos estratégicos definidos no PARPA no que respeita a garantias dos direitos de acesso à terra. Tanto a Política de Terras como a lei de Terras e os programas do Governo estimulam as comunidades a serem o sujeito activo do desenvolvimento local. Assim surgiu a ideia da Iniciativa de Terras Comunitárias, com fundos destes doadores, numa parceria que é liderada pelo DFID.

A Iniciativa de Terras Comunitárias desenvolveu-se através de amplas consultas com o Governo e Sociedade civil e foi lançada oficialmente em Maio de 2007 em Chimoio. Nessa cerimónia, o Ministro da Agricultura de então, salientou claramente a abordagem desta iniciativa, e cito as suas palavras “o sucesso desta iniciativa deve assentar no envolvimento permanente das comunidades que, no meio rural, são agentes activos do processo de desenvolvimento económico e social. Deve basear-se também na promoção de parcerias, no fornecimento de serviços, na capitalização de sinergias e no envolvimento dinâmico das instituições relevantes do Governo”. Esta é a abordagem da Iniciativa de Terras Comunitárias: trabalhar em parceria com o Governo, a sociedade civil e o sector privado; apoiar as comunidades e as organizações de produtores a assegurar e usar os seus direitos sobre a terra; facilitar a negociação entre comunidades e investidores estimulando o desenvolvimento económico das zonas rurais; apoiar as comunidades na integração das suas perspectivas de desenvolvimento nos processos de planificação descentralizada.

A KPMG é a organização seleccionada por concurso internacional para implementar a Iniciativa de Terras Comunitárias. Está a operar desde 2006 nas províncias de Gaza, Manica e Cabo Delgado. Em 2009, com fundos do Millennium Challenge Corporation, e através de novo concurso internacional, a KPMG avançou com esta iniciativa para as províncias de Niassa, Nampula e Zambezia.

A implementação desta iniciativa é acompanhada por um Comité Nacional de Aconselhamento composto por um rol de instituições representativas de alguns dos mais directos actores do sector, como o Governo, os doadores, a Sociedade Civil, o Sector Privado e representantes de cada uma das províncias onde trabalhamos, que se reúne de seis em seis meses, para discutir e aconselhar sobre a direcção estratégica do projecto. A interação regular entre estas instituições tem vindo a promover um debate salutar em torno de questões cruciais da implementação da lei de Terras, particularmente no capítulo que toca as comunidades e o desenvolvimento local, e tem, sem duvida, constituído um Forum humilde, mas de reflexão activa, sobre assuntos de Terra e Recursos Naturais no país.

Sentimos que a Iniciativa de Terras Comunitárias constitui uma rede com muito potencial para apoiar a implementação da lei de Terras. Acaba de ser realizada a Avaliação de Meio Termo e as conclusões serão partilhadas com V. Excias em breve. Talvez seja conveniente partilhar que a principal conclusão é de que este empreendimento ainda se mantém relevante e que é importante considerar a extensão do programa por mais anos e até a sua potencial implantação a nível nacional.

Por esta razão temos grandes expectativas nesta reunião. Queremos que a Iniciativa de Terras Comunitárias seja um sucesso e para isso precisamos de saber como avançar. Esta tarde, as experiências da Iniciativa serão apresentadas com detalhe. Estou segura que vão enriquecer o nosso debate.

Quero aproveitar para pedir que este tipo de reflexão conjunta sobre a implementação da Lei de Terras continue. Gostaríamos que a Iniciativa de Terras Comunitárias fosse considerada um parceiro de dialogo e que os seus resultados sejam usados para promover mais reflexões. Da mesma forma, as organizações aqui presentes deverão ser envolvidas para aprendermos das suas ricas experiências. A criação de uma plataforma de diálogo sobre assuntos de terra e recursos naturais é uma necessidade urgente.

Em nome dos parceiros da Iniciativa de Terras Comunitárias, desejo a todos os participantes nesta reunião um bom trabalho.

Muito obrigada.

Nampula, 9 de Março de 2010